



INTRODUÇÃO AO INCID
Indicadores da
Cidadania

1



Indicadores da Cidadania

www.incid.org.br
incid@ibase.br

Maio 2012

**INSTITUTO BRASILEIRO DE
ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS**

Av. Rio Branco, 124 / 8º andar
20040-916 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (21) 2178-9400
Fax: (21) 2178-9402
Site: www.ibase.br

EQUIPE DO PROJETO INCID

COORDENAÇÃO
Geral: Cândido Grzybowski
Técnica: Nahyda Franca
Administrativa: Luzmere Demoner
Comunicação: Augusto Gazir

PESQUISADORAS
Carla Siqueira Campos
Fernanda Cristina de Carvalho Mello
Natália Morais Gaspar
Renata Feno Neves
Rita Correa Brandão

AUXILIARES DE PESQUISA
Carolina Freitas
Juliana Santos De Souza
Manuela Pereira Lima Green

ASSISTENTE
Rozi Judith Billo

CONSULTORES
Eugênia Motta
Luiz Marcelo Ferreira Carvano
Leonardo de Carvalho Silva
Ricardo Monte

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mórlua Oficina de Ideias

PRODUÇÃO DE MAPAS
Faber Paganoto

PUBLICADO SOB LICENÇA CREATIVE COMMONS.
ALGUNS DIREITOS RESERVADOS:



índice

Apresentação	4
A área de atuação do Incid	9
O conceito de cidadania	27
Os desafios do Incid	35
Referências bibliográficas	38
Anexos	41

The image features a white background with various red geometric shapes. In the top left, there is a vertical column of four small circles. To its right is a large solid red circle. Further right is a grid of small circles, with the top three rows being full and the bottom two rows being partially cut off. In the center, there are several large red shapes: a semi-circle on the left, a large circle in the middle, and a large sector on the right. On the far right, there is another large solid red circle. At the bottom, there is another grid of small circles, with the top two rows being full and the bottom row being partially cut off. The word 'apresentação' is written in a bold, black, sans-serif font, positioned in the lower right area of the page, overlapping the bottom grid of circles and the large sector shape.

apresentação



O sistema dos Indicadores da Cidadania (Incid), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em parceria com a Petrobras, vai monitorar a qualidade da cidadania em 14 municípios do Leste Fluminense e assim contribuir com a justiça social e ambiental na região.

Os 14 municípios da área de atuação do Incid são Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis.

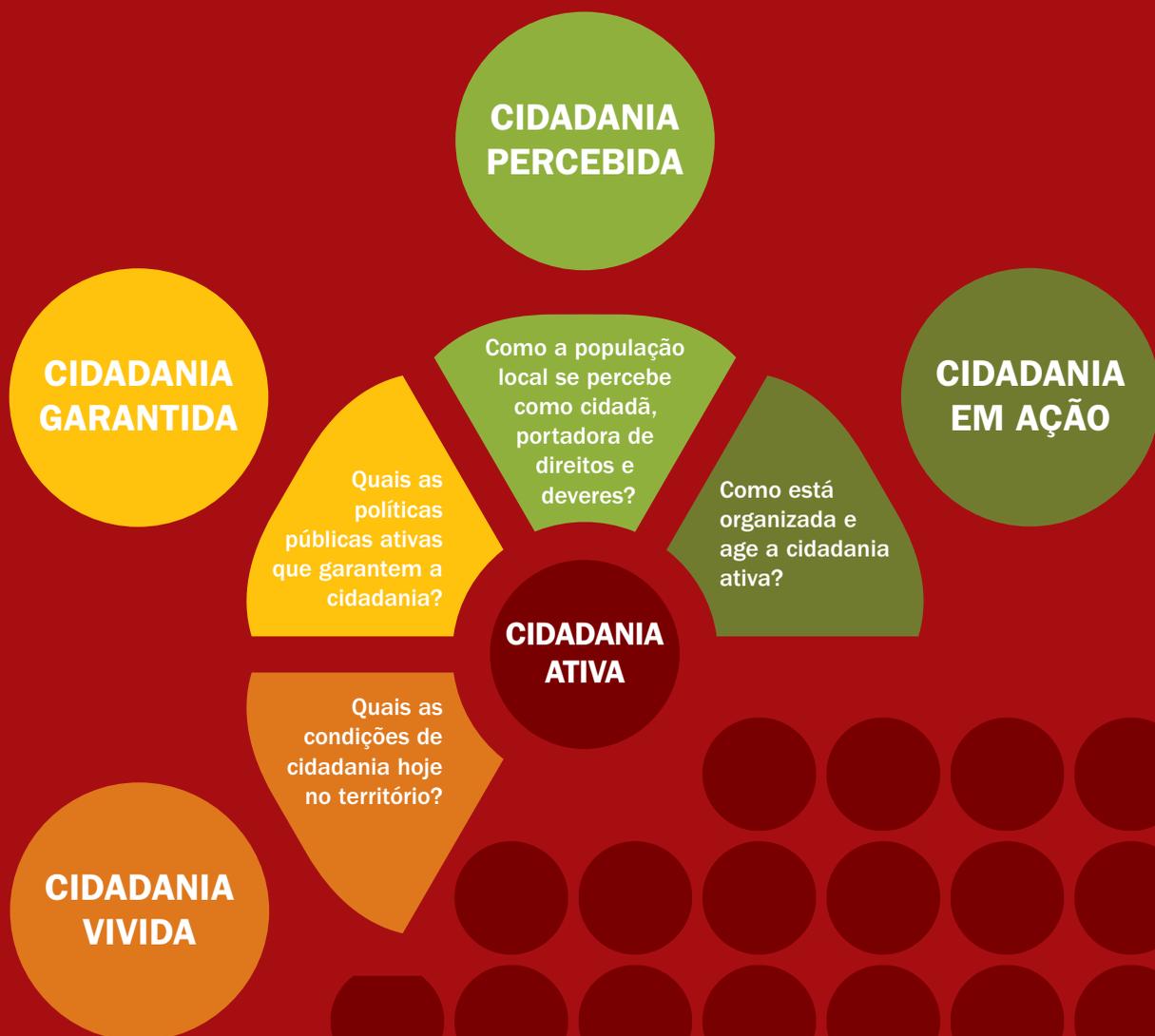
O Incid pretende ser uma ferramenta para a garantia e a ampliação dos direitos nessa região e reforçar a atuação de ativistas, pesquisadores e organizações locais. O objetivo do projeto é fortalecer a democracia ao produzir índices e argumentos para a discussão de temas como igualdade, diversidade e participação social.

O desafio metodológico do Incid é produzir um sistema de indicadores pautado pelos direitos da cidadania, em diálogo com os atores locais e que ao mesmo tempo subsidie a ação cidadã. Os Indicadores da Cidadania só adquirem sentido e eficácia se apropriados por organizações, grupos, movimentos sociais, governantes, gestores e empresas e se incentivarem o debate entre esses setores.

A implementação do Incid, iniciada no final de 2011, levará dois anos e terá duas fases. A primeira é a montagem do sistema, e a segunda, a aplicação e o aperfeiçoamento. Ao final dos dois anos do projeto, o Ibase transfere a metodologia e os resultados alcançados para a sociedade civil local, e elas poderão seguir com o trabalho.

Para a construção do sistema Incid, o Ibase trabalha com o conceito de “cidadania ativa”, pelo qual a participação social é parte integrante da cidadania. Assim, a cidadania, o direito que todos e todas, sem distinções, têm de ter direitos, se constrói na prática pelas pessoas.

O Incid é desenvolvido a partir de **quatro conjuntos de indicadores**, que correspondem às quatro dimensões da **cidadania ativa**, na visão do Ibase. São elas:



O Incid abrange quatro conjuntos de indicadores, as quatro dimensões dessa “cidadania ativa”. Os indicadores da **cidadania vivida** tem como base consultas a fontes de dados secundários, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entre outros. Na **cidadania garantida**, os dados secundários são complementados com entrevistas com gestores públicos e usuários de políticas públicas. A **cidadania percebida** é desenvolvida a partir da aplicação de questionários nas ruas de cada município. Um mapa dos principais atores sociais e espaços de participação em cada município compõe a **cidadania em ação**.

Os quatro conjuntos de indicadores serão divulgados numa coleção de cinco publicações. Antes dos indicadores em si, este primeiro volume discute os conceitos e opções políticas e metodológicas do Incid, assim como apresenta os objetivos e as referências no projeto.

PARCERIA

Destaca-se também no Incid a parceria entre o Ibase e a Petrobras num território onde se localizam empreendimentos da empresa, como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). Essa parceria tem como premissas:

- O reconhecimento pela Petrobras do seu papel de empresa pública, como vetor do desenvolvimento local e regional e com a capacidade de induzir e alavancar a economia e as dinâmicas social, política, cultural e ambiental desses territórios
- A busca de parceria com atores sociais atuantes nos territórios e o trabalho em rede como condição para que o Ibase elabore um conjunto de indicadores em sintonia com o que acontece de fato nas localidades
- O reconhecimento pela Petrobras da independência e da autonomia, assim como da responsabilidade social, política e técnica, do Ibase e dos seus parceiros no desenvolvimento do sistema de indicadores
- Os valores da inclusão, da justiça social, da democracia participativa, da igualdade na diversidade social e cultural e da sustentabilidade socioambiental como referências para a responsabilidade pública empresarial

The background is a solid dark red color. It features a decorative pattern of white circles of varying sizes, arranged in a grid-like fashion. A large, bold white number '01' is positioned on the right side of the page.

01

**A área
de atuação
do Incid**

Área de atuação do Incid





O DESAFIO CONCEITUAL

O primeiro desafio dos Indicadores da Cidadania (Incid) diz respeito à sua área de atuação, à definição da escala do projeto. Há uma dificuldade em se tratar o conjunto dos municípios do Incid como uma totalidade regional. Nenhuma das divisões e recortes analíticos existentes dá conta desse conjunto específico de 14 municípios fluminenses.

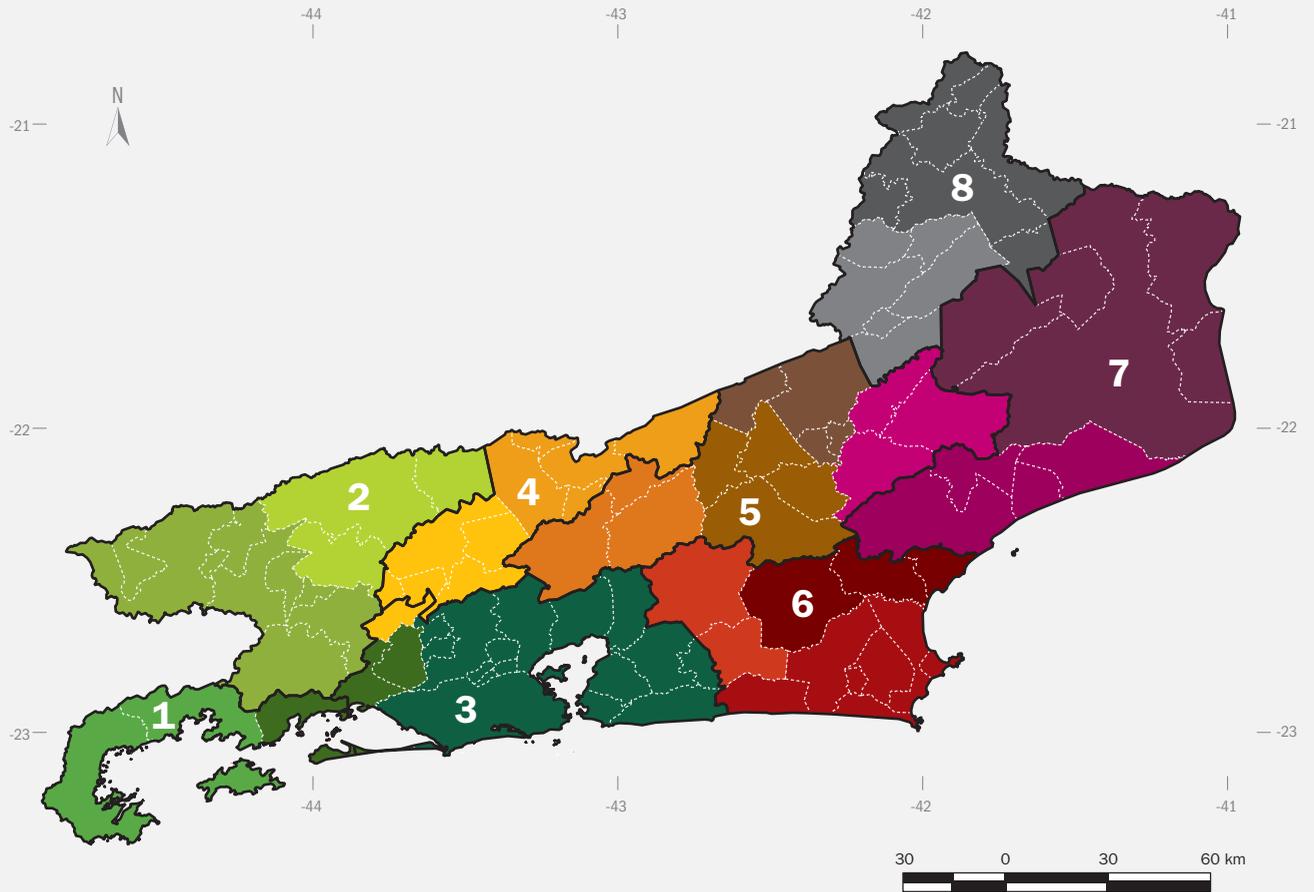
Por exemplo, na divisão do Brasil em macro, meso e microrregiões geográficas instituída pelo IBGE em 1990¹, esses 14 municípios se encontram nas mesorregiões das Baixadas (Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Saquarema), Centro Fluminense (somente Nova Friburgo) e Metropolitana do Rio de Janeiro (os outros dez / *ver Anexo 1*). Já na perspectiva da Fundação Centro Estadual de Pesquisas, Estatísticas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj), órgão do governo estadual, os municípios estão em três regiões distintas: Serrana (Nova Friburgo e Teresópolis), Metropoli-

tana (Magé, Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Maricá, São Gonçalo e Niterói); e Baixadas Litorâneas (Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Saquarema) (*ver mapa na página seguinte*).

Se levada em conta a divisão do Estado em regiões hidrográficas, os municípios do Incid estão nas quatro áreas: Piabanha (Teresópolis), Baía de Guanabara (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé; parcialmente: Maricá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu), Lagos São João (Silva Jardim, Saquarema; parcialmente: Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Maricá) e Rio Dois Rios (Nova Friburgo, parcialmente). Associados à divisão hidrográfica, há os comitês de bacias, colegiados integrados pelo poder público e pela sociedade civil, com poder deliberativo (*ver anexo 3*). Eles, por exemplo, aprovam os critérios de cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

1. Às cinco macroregiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) correspondem outras subdivisões em escalas meso e micro. A meso é definida como “área individualizada, em uma Unidade de Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial”. Tais dimensões dão identidade regional a essas áreas. A microrregião corresponde a partes das mesoregiões e são definidas por suas especificidades de produção. O Estado do Rio de Janeiro, segundo o IBGE, está dividido em seis mesorregiões geográficas: Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste, Norte e Sul Fluminense.

Estado do Rio de Janeiro por regiões e microrregiões



REGIÕES DE GOVERNO

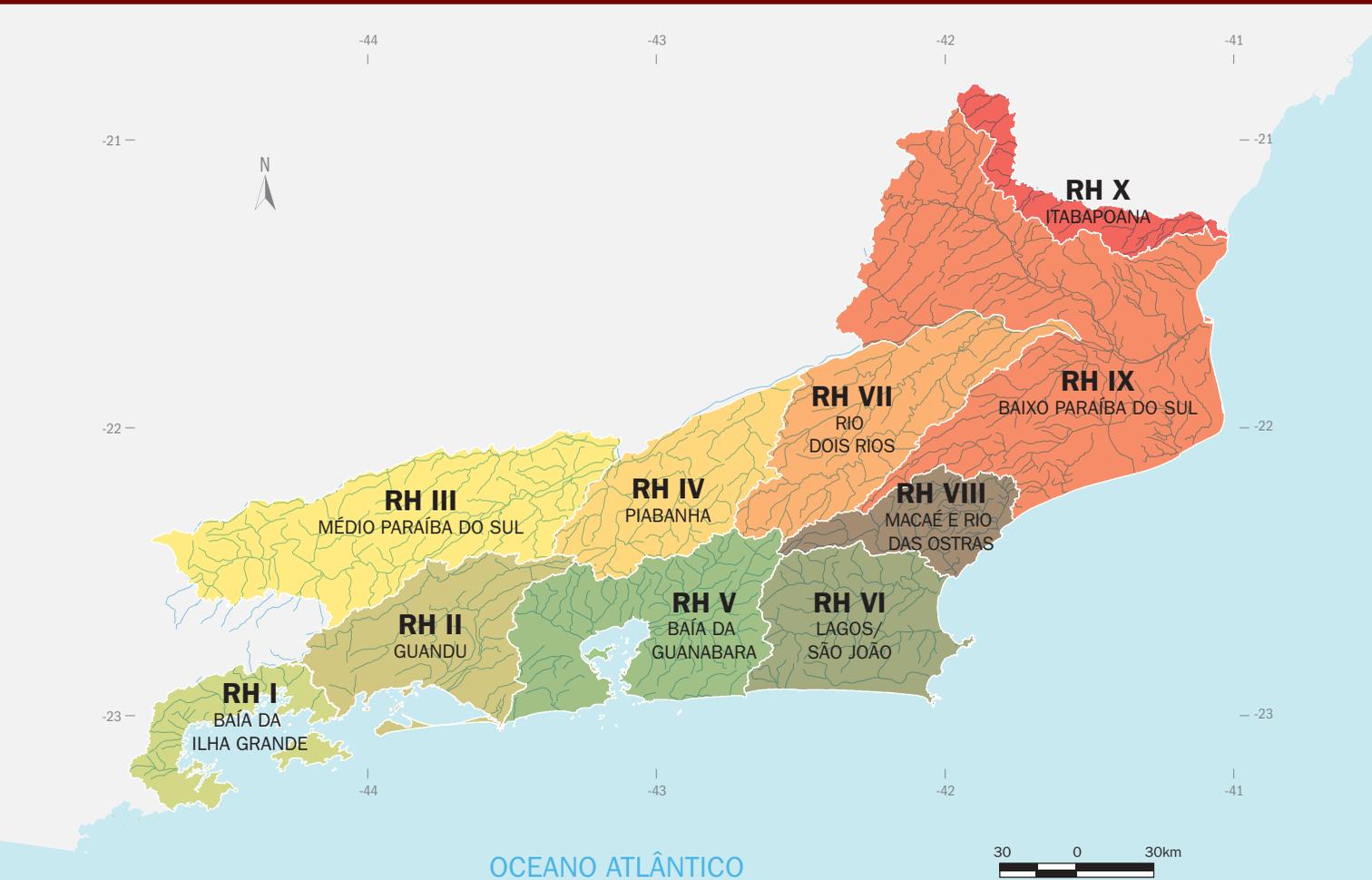
-  LIMITES
- 1 – COSTA VERDE
- 2 – MÉDIO PARAÍBA
- 3 – METROPOLITANA
- 4 – CENTRO-SUL FLUMINENSE
- 5 – SERRANA
- 6 – BAIXADAS LITORÂNEAS
- 7 – NORTE FLUMINENSE
- 8 – NOROESTE FLUMINENSE

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

- | | | | |
|---|----------------------------|--|------------------------|
|  | BARRA DO PIRAÍ |  | CANTAGALO-CORDEIRO |
|  | VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE |  | MACACU-CACERIBU |
|  | BAÍA DA ILHA GRANDE |  | LAGOS |
|  | ITAGUAÍ |  | BACIA DO SÃO JOÃO |
|  | RIO DE JANEIRO |  | SANTA MARIA MADALENA |
|  | VASSOURAS |  | MACAÉ |
|  | TRÊS RIOS |  | CAMPOS DOS GOYTACAZES |
|  | SERRANA |  | SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA |
|  | NOVA FRIBURGO |  | ITAPERUNA |



Estado do Rio de Janeiro por regiões hidrográficas



Área de abrangência regional do Comperj





Foi a partir de 2006, ano do anúncio da instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em Itaboraí, que uma nova configuração regional começou a se delinear. Ao final de 2006, a formação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), composto por 11 municípios (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá), todos dentro da área de atuação do Incid, representava um esforço para instituir um novo recorte regional. O governo estadual deu grande apoio ao consórcio.

A formação desse “Leste Fluminense” vai ao encontro de análise do sociólogo Pierre Bourdieu, para quem “o discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a nova região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora”. Bourdieu completa: “o ato de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si” (1989: 116).

A iniciativa das administrações públicas daqueles 11 municípios para demarcar o Leste Fluminense teve reconhecimento no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sobre o licenciamento das instalações do Comperj em Itaboraí (*ver Anexo 4*). Os EIAs estabelecem as “áreas de influência” dos empreendimentos, definem os municípios

que serão alvos de ações específicas para a “mitigação” de impactos e de outras ações denominadas “compensações sociais e ambientais”. O EIA do Comperj define as áreas de influência “direta” e “indireta” do projeto e também a “área de abrangência regional”, os 11 municípios que formavam o Conleste (*ver Anexo 4*), indicados pela “proximidade ao empreendimento e pela existência de organização intermunicipal considerada como possível suporte às ações coordenadas de aproveitamento das oportunidades e prevenção dos efeitos indesejáveis do Comperj”, de acordo com o EIA.

A partir de então, genericamente tratado como “área de influência” do Comperj, o Leste Fluminense passou a ser beneficiado com uma série de projetos por conta da presença da Petrobras na região. Entre essas iniciativas, está a parceria entre a Petrobras, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, o Habitat, que tem como referência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e atua nos 11 municípios originais do Conleste.

Assim, a nova divisão regional é promovida pela chegada do Comperj. Como frisou o geógrafo Milton Santos, as empresas, no neoliberalismo, desempenham um papel importante na produção, na economia e no funcionamento do território. “A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso

das infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética” (2001: 293).

A teoria da produção capitalista do espaço de David Harvey é também pertinente para a interpretação da dinâmica do Leste Fluminense. Harvey considera que o modo capitalista cria e recria “novas geografias”, transforma as relações espaciais, produz novas escalas. A natureza desigual da acumulação capitalista concebe um espaço ambíguo, que, ao mesmo tempo que se pretende universalizante, produz desigualdades e assimetrias, tensões e conflitos. Tais contradições do capitalismo se revelam na formação e na reconfiguração do espaço e são, portanto, elementos a serem observados (2005).

O setor industrial também já incorporou a divisão do Leste Fluminense nos seus planejamentos. A última edição da pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) sobre as intenções de investimentos no Estado, divulgada em 2010, identifica um eixo Leste, apoiado na construção do Comperj, mas que não se limitaria ao complexo petroquímico. Haveria oportunidades no setor de serviços e de construção civil.

Diante do fluxo de recursos associado ao novo recorte territorial, outras prefeituras passaram a pleitear a inclusão no Conleste, no Leste Fluminense. Em 2009,

Saquarema se juntou aos 11 municípios originais. Em 2010, foi a vez de Teresópolis, e, em 2011, Araruama. Nova Friburgo ainda busca a sua integração.

Paralelamente a essa negociação entre as administrações municipais, a Petrobras apresentou mais uma iniciativa que tratava o Leste Fluminense como um conjunto. O Projeto Agenda 21 Comperj atingiu 14 municípios (os 11 originais do Conleste, mais Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis). O Agenda 21 consistia na seleção de potencialidades, preocupações e ações prioritárias nas cidades por moradores e lideranças locais. Formou-se em cada município os Fóruns do Agenda 21, o que contribuiu para a formação de uma rede de pessoas nas 14 cidades.

O Incid soma-se desse modo a um conjunto de iniciativas focadas no Leste Fluminense. Os 14 municípios do Projeto Agenda 21 são a região de atuação dos Indicadores da Cidadania. Para o Incid, a perspectiva regional do projeto, a partir do recém-delimitado Leste Fluminense, traz o desafio de encontrar formas para tratar analiticamente esse conjunto de municípios como uma região. Mas não seria possível ignorar que as transformações em curso podem interferir nas dimensões da cidadania avaliadas pelo Incid. Dessa maneira, o projeto tem como tarefa elaborar estratégias tanto para dar conta de distritos, bairros e outros, dentro dos limites municipais, quanto para ir além e estabelecer uma análise regional.



“A **natureza desigual** da acumulação capitalista concebe um espaço ambíguo, que, ao mesmo tempo que se pretende universalizante, produz desigualdades e assimetrias, tensões e conflitos. Tais contradições do capitalismo se revelam na formação e na reconfiguração do espaço e são, portanto, elementos a serem observados”

TERRITÓRIO

O desafio remete mais uma vez ao debate da Geografia sobre a noção de território. Na abordagem de Rogério Haesbaert, o território é carregado de significado e expressividade para quem o constrói e/ou dele usufrui. Segundo o autor, a maneira pela qual o espaço e os recursos são apropriados por diferentes grupos, consideradas as posições de poder num determinado momento, modifica as relações dos grupos com o território (2006).

Nessa linha de raciocínio e também com base nas contribuições de Milton Santos e dos demais pensadores aqui relacionados, o Incid trata o território como a dimensão materializada do espaço. Nessa dimensão, a técnica é ação, sabedoria da vida, pela qual surgem as possibilidades de novas sinergias, resistências contra a ordem do

dinheiro, resistências da cidadania (1994). Território se configura como mediação no espaço, onde se constrói não apenas o controle físico, mas também laços de identidade social, lugar de dominação política e econômica mais concreta e de apropriação mais subjetiva, cultural (Cruz, 2011).

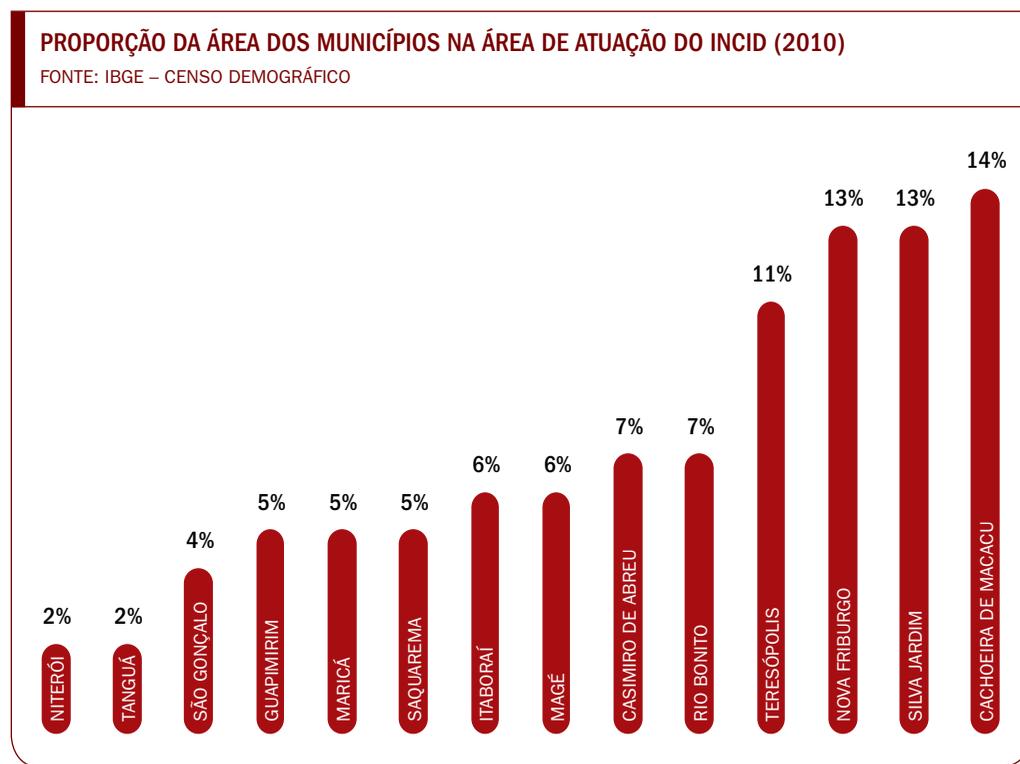
Propomos aqui uma abordagem que coloca os conceitos de região e território em tensão dialética, em interação constante. O conjunto dos 14 municípios do Incid, **região** do Leste Fluminense, será tratado como “**território** de cidadania”. Um território de cidadania não é somente estudado, mas estimulado e apoiado para a ampliação da cidadania. Dessa forma, a premissa política do Incid conecta-se com a dimensão conceitual do projeto.

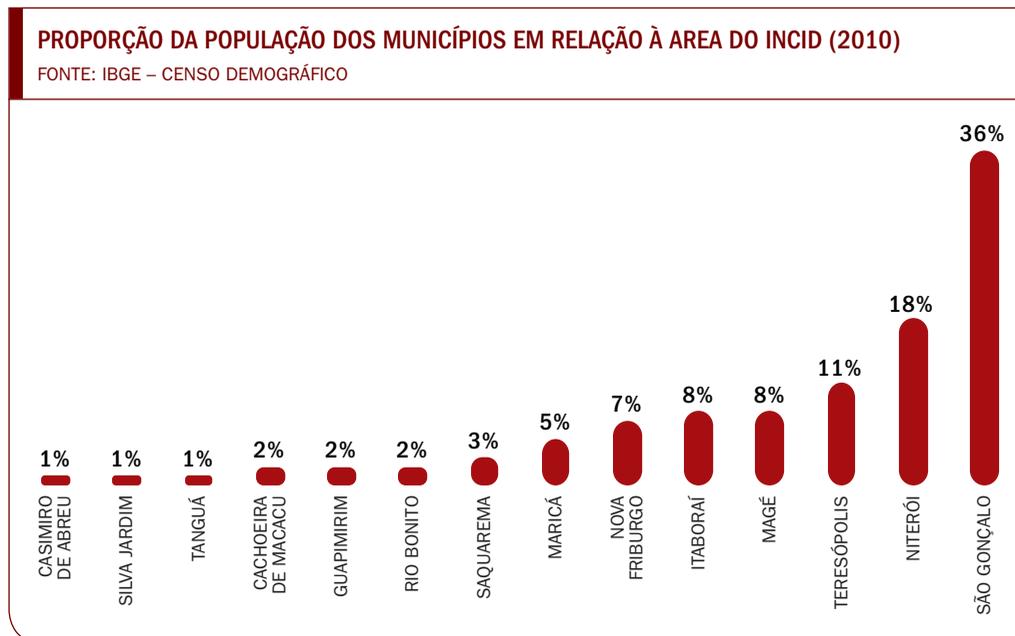
CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DO INCID

Feita a demarcação conceitual, é importante neste volume de introdução, pano de fundo para a apresentação dos indicadores nos relatórios seguintes, caracterizar a área de atuação do Incid, passar em revista dados e informações sobre a região.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DO IBGE

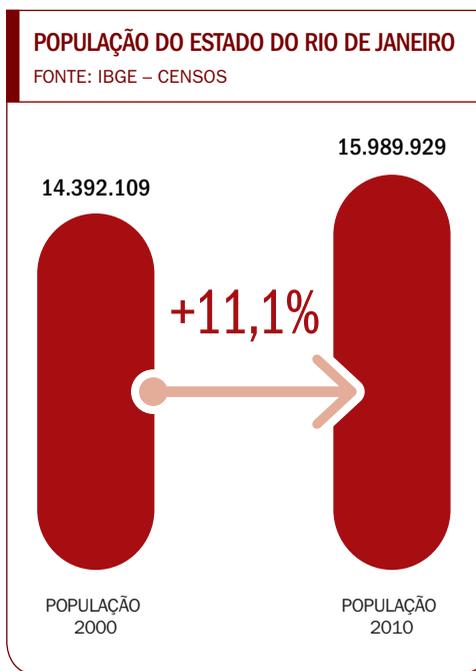
Os dados preliminares do último censo do IBGE mostram que o conjunto dos 14 municípios do Incid possuía 2.728.878 habitantes em 2010, 17,07% da população total do Estado do Rio de Janeiro, e ocupava uma área de 693.332 hectares, correspondentes a 15,9% do território do Estado. Os maiores municípios, em extensão territorial, são, pela ordem, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Nova Friburgo e Teresópolis. Juntos eles constituem 51% da área analisada.

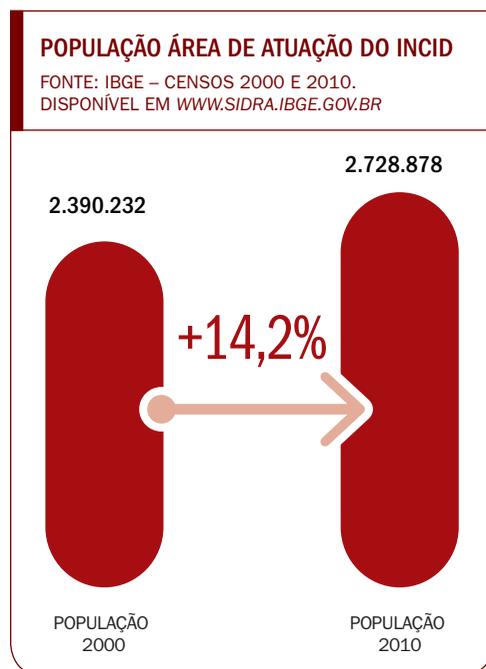




Em 2010, os municípios de São Gonçalo e Niterói, juntos, concentravam 54% da população da área do Incid. São Gonçalo é o mais populoso, com 999.728 habitantes, seguido por Niterói, Magé, Itaboraí e Nova Friburgo. Os municípios menos populosos são Silva Jardim e Tanguá, com 21.349 habitantes e 30.732 habitantes, respectivamente.

Entre 2000 e 2010, o conjunto dos 14 municípios apresentou crescimento populacional de 14,2%, acima da média do crescimento populacional do Estado do Rio. O restante do Estado, subtraída a área analisada, apresentou crescimento percentual de população de 10,5%, no mesmo período.





“A maior parte da população dos 14 municípios mora em domicílios classificados pelo IBGE como **urbanos**”

Entre 2000 e 2010, quatro dos municípios da área do Incid apresentaram percentual de crescimento populacional bastante abaixo da média estadual: Silva Jardim, Nova Friburgo, Niterói e Magé. Os três últimos estão entre os mais populosos da região, enquanto Silva Jardim é o menos populoso dos 14. Percentualmente, apresentaram maior crescimento populacional Maricá (66,1%), Casimiro de Abreu (59,6%), Saquarema (41,5%) e Guapimirim (35,7%). Também ficaram acima da média de crescimento da região analisada Teresópolis, Tanguá e Itaboraí.

A maior parte da população dos 14 municípios mora em domicílios classificados pelo IBGE como urbanos. Essa população urbana de 2000 para 2010 passou de 94,4%, para 96%. Isso está abaixo do total percentual do Estado do Rio de Janeiro.

Os municípios de Niterói e São Gonçalo se destacam por apresentar 100% dos habitantes em situação urbana, desde 2000. Além desses, situavam-se acima de média de urbanização da região do Incid em 2010 Itaboraí, Maricá e Guapimirim. Os dois últimos se destacam pelo significativo aumento da população urbana entre 2000 e 2010. No ano de 2010, os municípios menos urbanizados da área do Incid são Rio Bonito e Silva Jardim (*ver Anexo 5*).

Em 2010, tanto na área de atuação do programa como no total do Estado do Rio de Janeiro, a população feminina predomina sobre a masculina. Silva Jardim é



uma exceção. Lá, há mais homens do que mulheres. As pirâmides populacionais do conjunto dos 14 municípios mostram a diminuição do desequilíbrio entre os sexos. Em 2010, esse desequilíbrio é expressivo somente nas faixas etárias acima de 50 anos, nas quais a predominância feminina ainda é visível.

É possível perceber também um estreitamento da base da pirâmide, o que representa a diminuição da proporção da população mais jovem, acompanhada da maior concentração na faixa da população em idade economicamente ativa.

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ

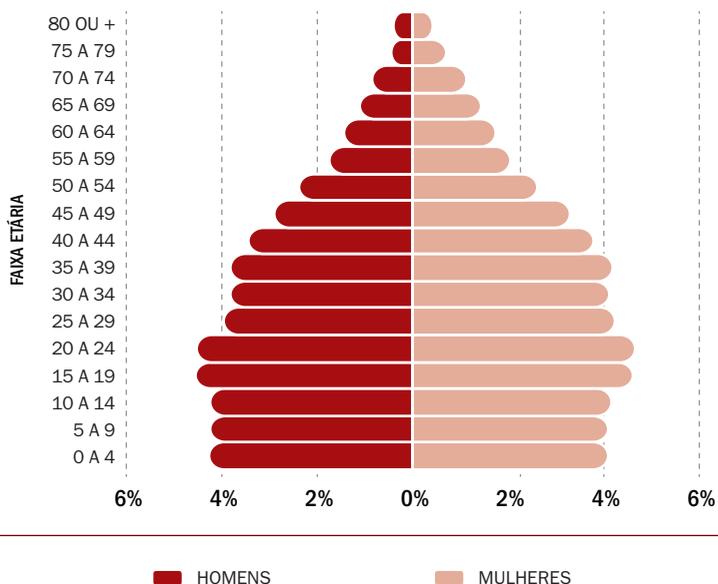
O Projeto Agenda 21 Comperj, além de importante para demarcar a região do Leste Fluminense e uma das principais referências para o Incid, levantou informações relevantes sobre as percepções, reivindicações e formas de organização locais.

O projeto teve início em dezembro de 2007 e abrangeu inicialmente Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. O Projeto Agenda 21 foi realizada simultaneamente e finalizada em todos os municípios, com exceção do Rio de Janeiro. Na capital do Estado, o trabalho foi suspenso devido à complexidade do local.

Os participantes foram divididos em quatro setores:

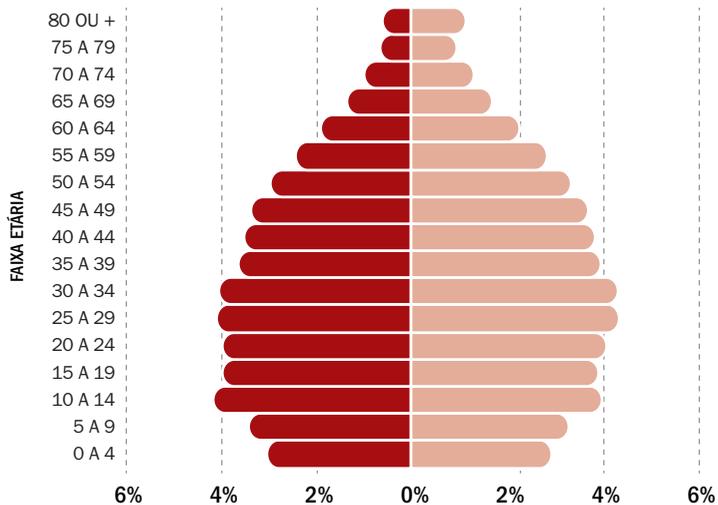
PIRÂMIDE POPULACIONAL DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID (2000)

FONTE: IBGE – CENSO



PIRÂMIDE POPULACIONAL DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID (2010)

FONTE: IBGE – CENSO



SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicas
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores, de pescadores e cidadãos em geral

Quatro ONGs, a Associação de Serviços Ambientais (ASA), o Instituto Ipanema, o Instituto Roda Viva e o Instituto de Estudos da Religião (Iser), iniciaram o trabalho de mobilização específica para cada setor.

De janeiro a setembro de 2008, foram realizadas três reuniões em cada município para o levantamento das percepções de cada setor sobre cada um dos 40 capítulos do Projeto Agenda 21, documento aprovado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, mais conhecida como Rio-92. Produziu-se um painel de preocupações e potencialidades locais.

A seguir, foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar os problemas identificados e

aproveitar as potencialidades detectadas. Na última dessas reuniões, cada setor indicou sete representantes para compor o Fórum do Projeto Agenda 21 do seu município, que teria no total 28 componentes.

De novembro de 2008 a junho de 2009, os representantes escolhidos participaram de oficinas para consolidar o que havia sido discutido e definir como os fóruns funcionariam. Em seguida, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas 21 municipais. Em 2010, fez-se uma nova rodada de oficinas.

As Agendas 21 foram publicadas ao longo de 2011. Os temas foram divididos em cinco ordens.



ORDENS E TEMAS DO PROJETO AGENDA 21 COMPERJ	
Ordem física	Habitação e assentamentos humanos
	Saneamento e abastecimento de água
	Energia
	Mobilidade e transporte
	Segurança
Ordem ambiental	Recursos naturais
	Recursos hídricos
	Biodiversidade
	Clima
Ordem social	Educação e cultura
	Grupos principais e tradicionais, ONGs e sindicatos
	Saúde
	Esporte e lazer
Ordem econômica	Geração de trabalho, renda e inclusão social
	Indústria
	Agricultura
	Comércio e serviços
	Turismo
	Geração de resíduos por processos econômicos
Meios de implementação	Ciência e tecnologia
	Recursos financeiros
	Mobilização e comunicação
	Gestão ambiental

Dentro de cada uma das ordens, os participantes escolheram em 2009 as seguintes prioridades:

- **Ordem física:** a prioridade em 12 dos 14 municípios foi o saneamento. Niterói priorizou habitação, e Magé, mobilidade e transporte
- **Ordem ambiental:** onde houve as maiores diferenças entre os municípios. Recursos hídricos foi a opção de cinco, naturais, de sete, e biodiversidade, de três
- **Ordem social:** a educação foi priorizada em 11 municípios, enquanto a saúde foi considerada prioritária em Casimiro de Abreu, Itaboraí e São Gonçalo
- **Ordem econômica:** a geração de trabalho e renda foi prioritária para 11 municípios. Os participantes de Itaboraí estavam mais preocupados com a geração de resíduos por processos industriais. Em Cachoeiras de Macacu, foi priorizado o turismo, e em Maricá, agricultura e pesca
- **Meios de implementação:** Nove municípios escolheram recursos financeiros. Em São Gonçalo, houve empate entre recursos financeiros e gestão ambiental. Esta última foi prioridade em mais três municípios. Para Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu, a comunicação e a mobilização foram prioritárias



I Seminário sobre o Incid
em Itaboraí (dezembro 2011)

FOTO: FRANCISCO VALDEAN_IMAGENS DO POVO



INICIATIVA PETROBRAS/UFF/HABITAT

A iniciativa da Petrobras, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, o Habitat, constituiu um banco de dados georreferenciados, com informações socioeconômicas sobre o Leste Fluminense. O trabalho teve como referência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, documento da Organização das Nações Unidas (ONU). Alguns dos seus indicadores, bem como a metodologia aplicada (trabalho de campo, entrevistas, coleta de dados local e on-line), contribuem para a construção do Incid.

Nos relatórios de acompanhamento de cada município (Tanguá, Silva Jardim, São Gonçalo, Rio Bonito, Niterói, Maricá, Magé, Itaboraí, Guapimirim, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu), o projeto trabalhou com cinco objetivos comuns:

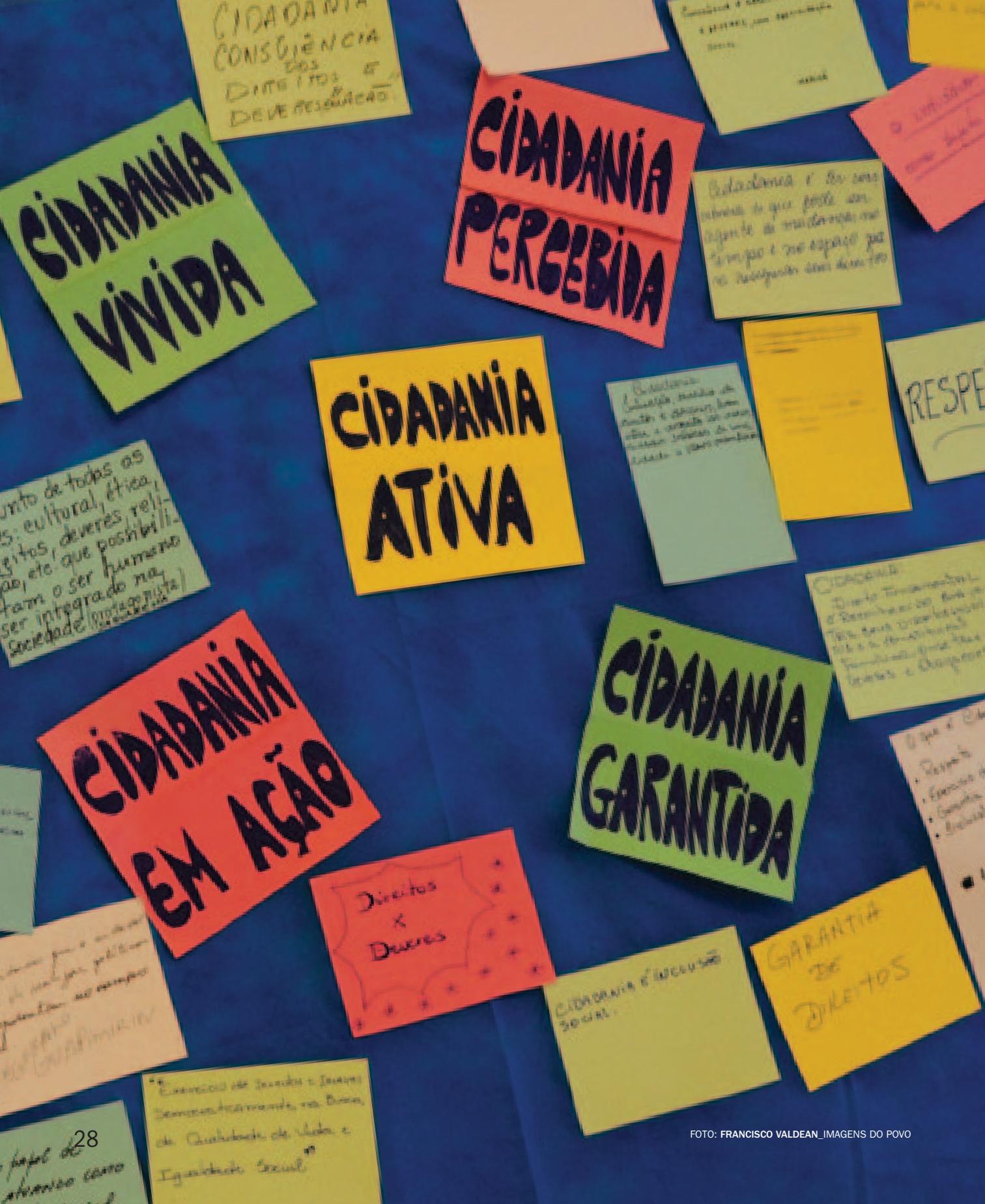
- 1. erradicar a extrema pobreza e a fome**
- 2. universalizar a educação primária e ampliar a cobertura da educação média e da educação técnica**
- 3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**
- 4. garantir a sustentabilidade ambiental**
- 5. acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução de desigualdades na região**

Cada um dos cinco objetivos é monitorado por um ou mais indicadores. Ao todo, o projeto estabeleceu 23 metas e 58 indicadores. O relatório base 2000-2006 da iniciativa está disponível em www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2800

The background is a solid dark red color. It features a decorative pattern of light red circles arranged in a grid. A laurel wreath, composed of dark red leaves and branches, is draped across the top and sides of the page, framing the central text.

02

**0 conceito
de cidadania**



CIDADANIA
CONSCIÊNCIA
DOS
DIREITOS E
DEVERES

CIDADANIA
VIVIDA

CIDADANIA
PERCEBIDA

Cidadania é a consciência de que existe um conjunto de responsabilidades no tempo e no espaço por se responder aos direitos

CIDADANIA
ATIVA

Cidadania
Cidadania é a consciência de que existe um conjunto de responsabilidades no tempo e no espaço por se responder aos direitos

unto de todos os
s: cultural, ética,
gitos, deveres reli-
ão, etc. que possibi-
am o ser humano
ser integrado na
Sociedade (protecionista)

CIDADANIA
EM AÇÃO

CIDADANIA
GARANTIDA

CIDADANIA:
Direito fundamental
e Reconhecido por
Toda pessoa humana
em relação aos seus
interesses e dignidade

Direitos
&
Deveres

CIDADANIA É INCLUSÃO
SOCIAL.

GARANTIA
DE
DIREITOS

"Exercício de Direitos e Deveres
Sempre Acumulados, na Busca
de Qualidade de Vida e
Igualdade Social"

... para a análise política
participativa no campo
da cidadania

28
papel do
cidadão como



O conceito de cidadania é frequentemente apresentado de forma imprecisa. Uns o identificam com a perda ou a aquisição de nacionalidade. Outros, com os direitos políticos de votar e ser votado, ou como sinônimo de povo, o conjunto de cidadãos.

Maria Victoria Benevides diz que a ideia de cidadania é eminentemente política e não está necessariamente ligada a valores universais, mas a decisões políticas. Direitos de cidadania são específicos de uma determinada ordem jurídica e política. Em muitos casos os direitos dos cidadãos coincidem com os direitos humanos, que são mais amplos e abrangentes. Em sociedades democráticas isso geralmente ocorre (1998).

Norberto Bobbio, por sua vez, afirma que o processo de internacionalização e universalização dos direitos humanos abriu espaço para uma noção ampliada e global de cidadania. Essa cidadania não nega qualquer especificidade, ao contrário, as reforça. Não basta pressupor uma cidadania universal, é preciso garantir as

dimensões étnica, religiosa, econômica, política e cultural, para que ela seja de fato plena (1992).

Os direitos humanos seguiram o caminho aberto pelas reivindicações sociais e transformações econômicas e políticas dos últimos três séculos, que possibilitaram importantes conquistas civilizatórias. Os direitos dos povos, por exemplo, são ao mesmo tempo individuais e coletivos. Eles dizem respeito à humanidade e aos Estados. Entre esses novos direitos podemos citar o direito à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente equilibrado, ao patrimônio comum, à informação.

Hoje para compreender a cidadania existem ideias das quais não se pode fugir. Os direitos e a igualdade de acesso aos direitos são centrais e precedem a todos os demais temas. Benevides observa que a igualdade não deve significar uniformidade, homogeneidade. O direito à igualdade é também o direito à diferença.

Todos somos igualmente portadores do direito à diversidade cultural, do direito à diferença de ordem cultural, de livre escolha ou por contingência de nascimento (1998).

O acesso geral aos direitos fundamentais, entre eles o da diversidade, exige leis, a correta implementação de políticas públicas e de programas do Estado. Mais do que isso, a cidadania na democracia consiste principalmente na consciência de pertencimento à sociedade, na dignidade humana, na integração participativa nos processos e esferas de poder, com a igual percepção de que essa situação subjetiva envolve também deveres e responsabilidades com o outro e a coletividade.

Valores como igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade e participação balizam o acompanhamento que o Incid fará dos contextos locais. Isso significa assumi-los como princípios de garantia da cidadania e verificar a expressão concreta desses princípios no cotidiano das pessoas. Para se discutir a consciência de cidadania numa determinada comunidade, é necessário, conforme aponta Benevides, reconhecer a distância que separa leis e princípios da própria percepção que se tem de tais direitos. Ou seja, ir além de checar a existência e o funcionamento de mecanismos institucionais (1998).

O Incid leva em consideração que a cidadania é um processo em permanente construção e mudanças, moldada pelas ações sociais. O que permanece inalterado é o pressuposto básico do direito a ter direitos.

CIDADANIA ATIVA

No Brasil, com a transição para o atual regime democrático e a consequente adequação à normatividade internacional, consagrou-se uma nova concepção de cidadania. No entanto, a cidadania, para o Incid, é condição para haver democracia, e não o contrário. Pode haver cidadania, uma prática cidadã, em condições políticas e institucionais desfavoráveis. A atitude cidadã, para além da sua relação com o acesso aos direitos, é também força das transformações sociais e, mais, definidora das condições institucionais da democracia expressas nas leis e nas políticas públicas.

Dessa forma, a cidadania é um conjunto de forças sociais capaz de radicalizar a democracia, ou seja, garantir a igualdade e os direitos fundamentais. Sozinha, a institucionalidade democrática não assegura direitos. Vale destacar assim que:

- existem direitos fora do âmbito do Estado, como parte da sociedade e das diversas relações
- alguns direitos instituídos pela Constituição brasileira ferem direitos de outros e entram em contradição com a cidadania e a igualdade, como o direito à propriedade
- novas lutas sociais e identidades definem novos direitos
- reconhecer direitos significa lutar pelos direitos dos outros



“**Cidadania ativa** carrega a noção de direitos e responsabilidades compartilhadas, onde os direitos de uns significam a responsabilidade de zelar pelos direitos dos demais”

Dessa forma, o exercício da cidadania não se dá apenas na relação com o Estado. Organizações sindicais, camponesas, movimentos indígenas, de mulheres, étnicos, ambientalistas, ONGs lideraram no Brasil muitas ações de cidadania e definiram muitos direitos de cidadania.

O processo brasileiro aponta para uma concepção de cidadania mais coletiva e ampliada. Ela ultrapassa os limites jurídicos e formais e envolve distintas categorias sociais engajadas na luta pela democracia e pelo direito a ter direitos. Essa cidadania o Ibase e o Incid chamam de **cidadania ativa**.

O conceito de cidadania ativa forma a base do Incid. Trata-se de um conceito síntese, mas com múltiplas dimensões. Ele parte da ideia de que a cidadania ativa é a força constituinte das democracias. Mais do que algo derivado do Estado democrático, a cidadania implica na existência de sujeitos que reivindicam a sua condição de cidadãos e cidadãs e agem para assegurar os seus direitos. Assim, a cidadania ativa implica em como se constituem e se expressam os diferentes atores sociais em termos de identidade, proposta, contexto,

organização e luta. Mais: como os princípios e valores éticos da democracia se manifestam no convívio social.

Cidadania ativa carrega a noção de direitos e responsabilidades compartilhadas, onde os direitos de uns significam a responsabilidade de zelar pelos direitos dos demais. É também crucial para o conceito a percepção que as pessoas têm dos seus direitos, como elas reagem às injustiças.

Benevides resume cidadania ativa à participação, individual ou em grupo, nas mais variadas áreas de atuação. Como já dito, a cidadania é atitude, e não omissão e indiferença em relação ao exercício do poder. Os cidadãos ativos assumem responsabilidades de participação, em processos decisórios e na reivindicação de direitos (1998).

A cidadania ativa remete a uma mudança cultural, exige transformações nas mentalidades marcadas por preconceitos e discriminação. Ela implica na construção de novas relações e consciências. É algo que se aprende com a convivência, na vida social e pública, pois é no dia a dia que se pratica a cidadania.

DO CONCEITO AO MÉTODO

Na elaboração da metodologia do Incid, a cidadania ativa é desdobrada em quatro dimensões, já citadas na Apresentação deste volume. São elas:

Cidadania ativa	Cidadania vivida	A situação real do acesso aos direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, do usufruto ou da violação desses direitos
	Cidadania garantida	A disponibilidade e o acesso aos direitos de cidadania via políticas públicas
	Cidadania percebida	A consciência e a cultura de direitos, as responsabilidades da cidadania; como as pessoas pensam os seus direitos e os dos outros
	Cidadania em ação	A organização social e a participação política para a conquista da cidadania plena; a capacidade de intervenção social via engajamento e participação

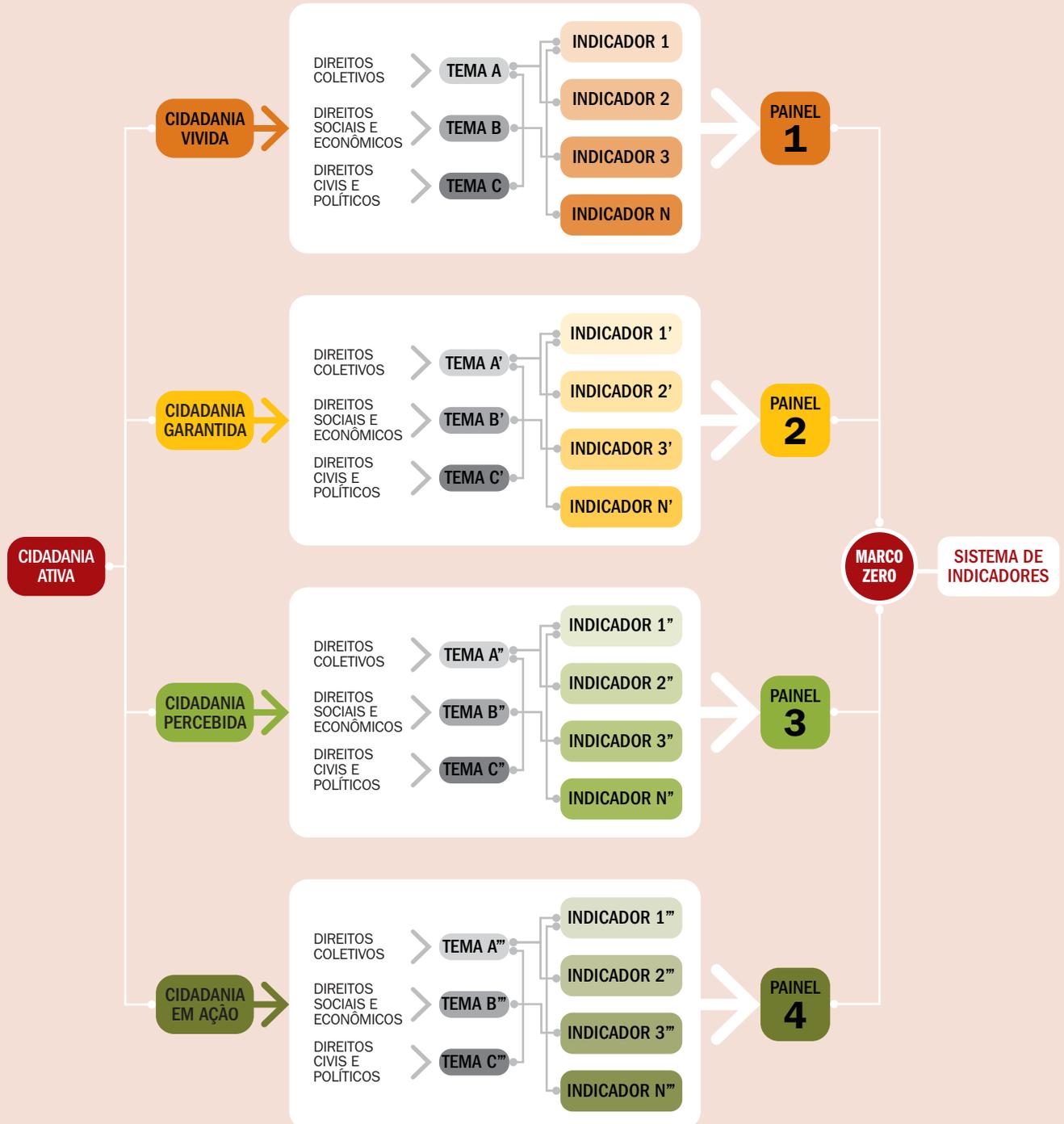
Essas quatro dimensões são indispensáveis para a avaliação da cidadania ativa. Cada uma das quatro corresponde a um conjunto ou painel de indicadores, que juntos se combinarão no sistema Incid. Para que os painéis de informações sejam apropriados pelas organizações e movimentos sociais, a construção dos indicadores deve ser participativa desde o início.

Para qualificar o estado da cidadania por intermédio dos indicadores, o Incid parte da análise do acesso ou não de uma determinada comunidade aos direitos 1- coletivos, 2- sociais, econômicos e culturais e 3- direitos civis e políticos. O projeto elegeu para cada um dos três tipos de direitos temas prioritários:

- **Direitos coletivos:** a expansão do modelo urbano e industrial no Brasil aprofunda também os antagonismos sociais. O novo ciclo se associa à tendência de privatização de bens comuns. Os bens comuns priorizados no projeto foram: **água, território, áreas comuns, conhecimento e comunicação**
- **Direitos sociais, econômicos e culturais:** priorizou-se temas fundamentais para a garantia da vida. São eles: **saúde, educação, habitação, trabalho, renda e transporte**
- **Direitos civis e políticos:** a prioridade foi para **segurança, participação, não discriminação, desigualdades de gênero, raça e etnia, registro civil e eleitoral.**



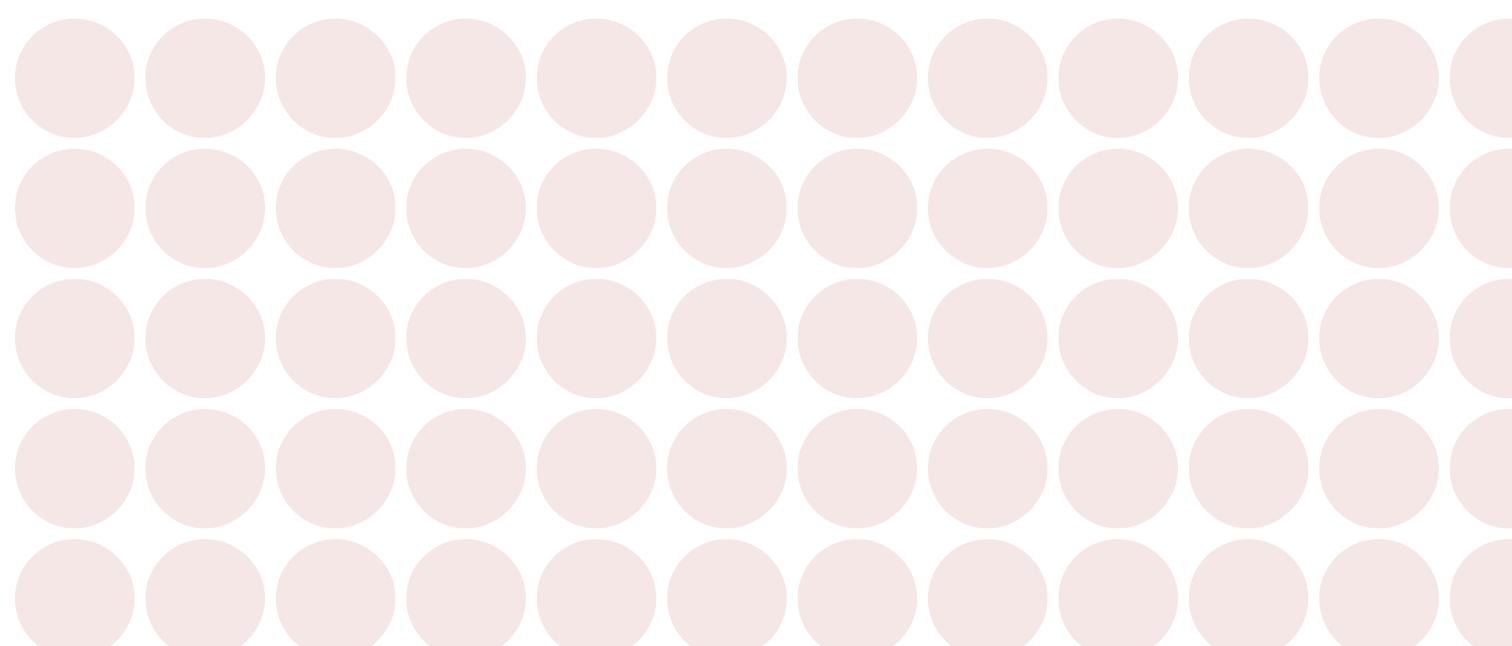
DESENHO DO SISTEMA DE INDICADORES DA CIDADANIA





03

**Os desafios
do Incid**



“O Incid tem a oportunidade de se testar numa situação repleta de **contradições e possibilidades**. Nada melhor para um sistema de indicadores que visa ser instrumento nas lutas democráticas da cidadania”

O Incid busca avaliar a cidadania em sua diversidade social e territorial, sem perder a dimensão de universalidade. O projeto busca consolidar-se como um sistema de indicadores consistente, didático e mobilizador, que possa ser apropriado pelos cidadãos e cidadãs e assim alimentar uma prática democrática radical.

A aplicação do Incid, que o Ibase desenvolve em parceria com a Petrobras, na área de abrangência do Comperj, tem dois desafios. O primeiro é transformar as opções políticas, teóricas e metodológicas descritas no capítulo anterior em processos concretos. Por exemplo, a escolha das dimensões da realidade que se vai avaliar; a busca, a coleta, o tratamento e a análise de informações; a definição dos conjuntos dos indicadores; o uso dessas conclusões para explicar o contexto analisado. Em fase inicial, essa é uma trajetória longa de

investigação, de troca e de debate com a própria população, pois, como assinalado, o Incid só terá validade política se as comunidades o adotarem como seu.

O segundo desafio do Incid foi bem discutido no início deste relatório. Trata-se do território de trabalho, a área onde se instalou o Comperj. O chamado Leste Fluminense não é uma região consolidada. Não é ainda referência consolidada para as populações locais, para o poder político ou o sistema financeiro existente. Tudo indica que o grande projeto econômico que une esse território vai moldá-lo e defini-lo na plena acepção geográfica. A transformação que ali se passa pode trazer impactos para a cidadania e os bens comuns. Assim, o Incid tem que lidar com um momento histórico único, com populações em busca de identidade e novas formas de existência, com uma região em fase de incertezas e expectativas.

No entanto, essas circunstâncias também revelam uma grande oportunidade para o projeto e para o próprio Ibase. É uma chance para a instituição se engajar e se solidarizar com parte do território que é o seu próprio, o Rio de Janeiro. O Ibase tem como objetivo estratégico a construção de um outro mundo, mais democrático, participativo, socialmente justo e ambientalmente sustentável. Dessa forma, ele se reconhece como ator local e quer fazer a sua parte neste local.

O Incid tem a oportunidade de se testar numa situação repleta de contradições e possibilidades. Nada melhor para um sistema de indicadores que visa ser instrumento nas lutas democráticas da cidadania. No futuro, o trabalho na região fluminense vai virar referência para a aplicação do sistema em outras regiões do país. É o que o Ibase espera.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Cidadania e Direitos Humanos*. Instituto de estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. www.eea.usp.br/artigos

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. “Cap. V – A ideia de região”. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOBBIO, Norbert. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CONCREMAT, Engenharia/Petrobras (2007). Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

CRUZ, Valter do Carmo. *Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia*. Rio de Janeiro: UFF, 2011. Tese.

GOMES, Lucena de Lima, Marta. A fronteira binacional (Brasil e Uruguai): território e identidade social. *Pampa* (Revista Universitária de Estudos Territoriales, año 5, nº 5, Santa Fé, Argentina, UNL, 2009. pp. 51-68).

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE – *Censo Demográfico 2000 e 2010*, www.ibge.gov.br

PETROBRAS. *Projeto Agenda 21 Comperj*. 2011. Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Saquarema, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Teresópolis, Magé, Guapimirim.

RAMOS, Elisa Maria Rudge. *Os direitos sociais: direitos humanos e fundamentais*. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Acesso em 17 de dezembro de 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, março/2005. p. 12458-12470.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton (org.). *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

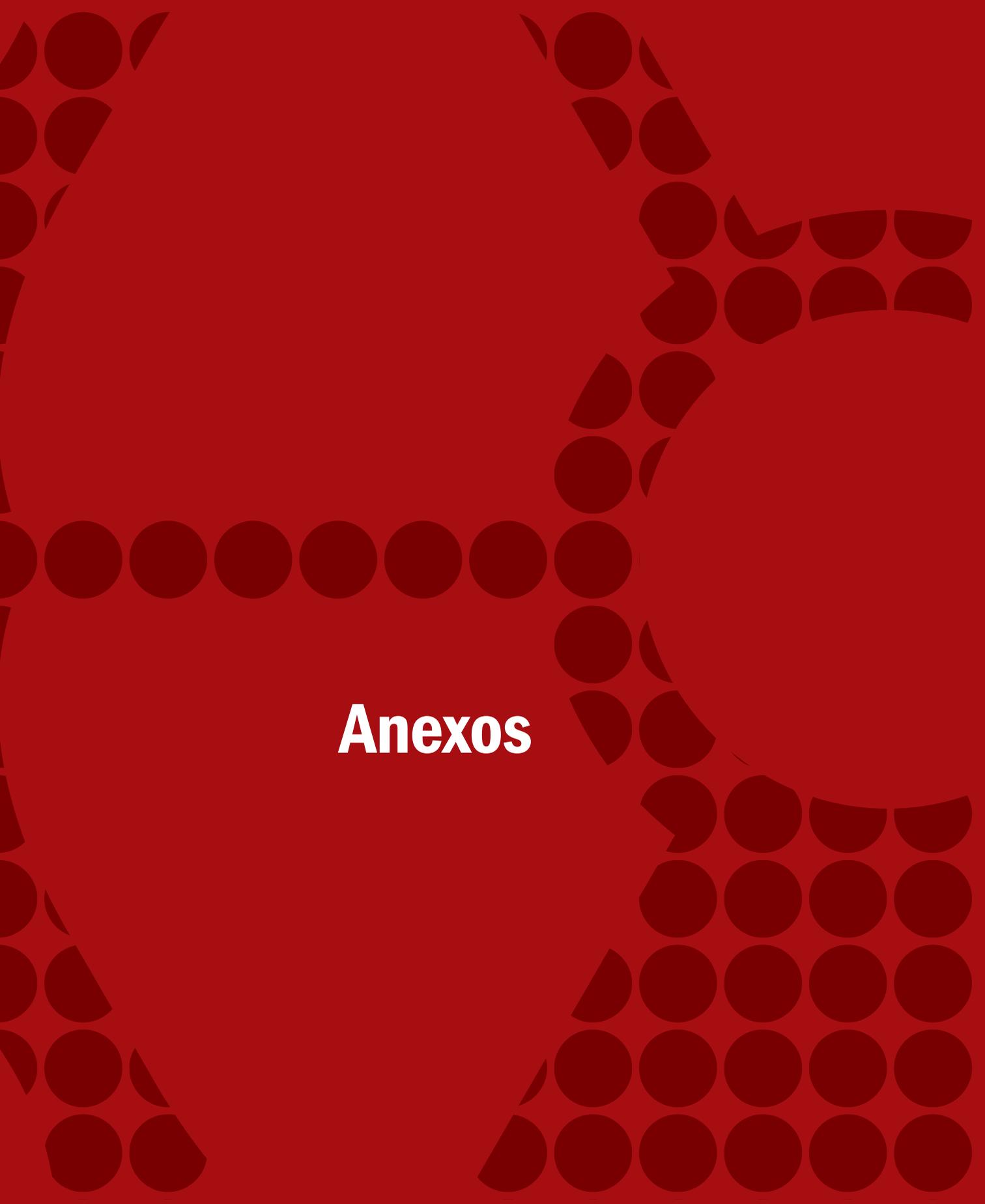
SANTOS, Milton. *Dinheiro e Território*. *GEOgraphia*, Ano.1, nº 1, 1999. p. 7-13.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Uma ordem espacial: a economia política do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 289-307.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 77-116.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)/ONU-HABITAT/PETROBRAS. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Municípios do Conleste. Linha Base 2000-2006*. Relatório de Acompanhamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)/ONU-HABITAT/PETROBRAS. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Municípios do Conleste. Ano de 2007*. Relatório de Acompanhamento.



Anexos

ANEXO 1. Municípios nas meso e microrregiões do IBGE

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Baixadas	Bacia de São João	Casimiro de Abreu
		Rio das Ostras
		Silva Jardim
	Lagos	Araruama
		Armação dos Búzios
		Arraial do Cabo
		Cabo Frio
		Iguaba Grande
		São Pedro da Aldeia
		Saquarema
Centro Fluminense	Nova Friburgo	Bom Jardim
		Duas Barras
		Nova Friburgo
		Sumidouro
Metropolitana do Rio de Janeiro	Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu
		Rio Bonito
	Rio de Janeiro	Belford Roxo
		Duque de Caxias
		Guapimirim
		Itaboraí
		Japeri
		Magé
		Maricá
		Mesquita
		Nilópolis
		Niterói
		Nova Iguaçu
		Queimados
		Rio de Janeiro
		São Gonçalo
		São João de Meriti
		Tanguá
		Serrana
	Petrópolis	
	Teresópolis	

FONTE: IBGE

ANEXO 2. Municípios nas regiões e microrregiões do governo do Estado do Rio

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Região Serrana	Nova Friburgo	Nova Friburgo
		Bom Jardim
		Duas Barras
		Sumidouro
	Serrana	Teresópolis
		Petrópolis
São José do Rio Preto		
Região Metropolitana	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
		Japeri
		Queimados
		Nova Iguaçu
		Belford Roxo
		Mesquita
		Nilópolis
		São João de Meriti
		Duque de Caxias
		Magé
		Guapimirim
		Itaboraí
		São Gonçalo
		Niterói
		Maricá
Tanguá		
Região das Baixadas Litorâneas	Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu
		Rio Bonito
	Bacia de São João	Rio das Ostras
		Casimiro de Abreu
		Silva Jardim
	Lagos	Araruama
		Squarema
		Iguaba Grande
		Arraial do Cabo
		São Pedro da Aldeia
		Armação dos Búzios
	Cabo Frio	

FONTE: FUNDAÇÃO CEPERJ

ANEXO 3. Municípios do Incid nos Comitês de Bacias Hidrográficas

COMITÊS	MUNICÍPIOS
Comitê da Baía de Guanabara	Cachoeiras de Macacu
	Guapimirim
	Niterói
	Itaboraí
	Maricá
Comitê dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá	Cachoeiras de Macacu
	Guapimirim
	Niterói
	Itaboraí
	Maricá
Comitê de Bacia Lagos São João	Cachoeiras de Macacu
	Saquarema
	Casimiro de Abreu
	Maricá
	Silva Jardim
	Rio Bonito
Comitê Rio Dois Rios	Nova Friburgo
Comitê das Sub-bacias dos Rios Paquequer e Preto	Teresópolis
Comitê da Bacia Hidrográfica do Piabanha	Teresópolis
Comitê Macaé e das Ostras	Casimiro de Abreu
	Nova Friburgo
Comitê de Microbacia do Rio Cambucás	Silva Jardim
	Cachoeiras de Macacu
	Saquarema
	Casimiro de Abreu
	Maricá
	Rio Bonito

FONTE: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA) E PROJETO AGENDA 21 COMPERJ

ANEXO 4. Áreas de influência do Comperj segundo Estudos de Impacto Ambiental (EIA)

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL DE 2007 (INSTALAÇÃO DO COMPERJ)

- **ÁREA DE INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA:**
Estado do Rio de Janeiro
- **ÁREA DE ABRANGÊNCIA REGIONAL:**
A região do Conleste
- **ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA:**
Os 17 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
- **ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA:**
municípios cortados por um raio de 20 km a partir do centro do sítio do Comperj (São Gonçalo, Tanguá, Rio Bonito, Itaboraí e Magé)
- **ÁREA DIRETAMENTE AFETADA:**
Municípios cortados por um raio de cerca de 10 km do centro do sítio do Comperj (parte da região formada pelos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Tanguá)

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL DE 2008 (ESTRADA PRINCIPAL PARA ACESSO AO COMPERJ)

- **ÁREA DE INFLUÊNCIA:**
Raio de 2,5 km em torno do eixo da estrada (dentro do município de Itaboraí)

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL DE 2009 (VIA ESPECIAL PARA TRANSPORTE DE CARGAS PESADAS)

- **ÁREA DE INFLUÊNCIA:**
Limite dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí e sua projeção sobre a Baía de Guanabara até a altura do canal de navegação

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL DE 2010 (IMPLANTAÇÃO DO EMISSÁRIO TERRESTRE E SUBMARINO DO COMPERJ)

- **ÁREA DE INFLUÊNCIA:**
Foram estudadas duas alternativas de lançamento: Itaipuaçu (alternativa Maricá), que abrange Itaboraí e Maricá, e São Gonçalo (alternativa Baía de Guanabara), que abrange Itaboraí e São Gonçalo

ANEXO 5. Informações demográficas preliminares sobre os municípios do Incid

CRESCIMENTO POPULACIONAL 2000-2010			
UNIDADE GEOGRÁFICA	2000	2010	CRESCIMENTO PERCENTUAL
BRASIL	169.872.856	190.755.799	12,30%
Norte	12.911.170	15.864.454	22,90%
Nordeste	47.782.487	53.081.950	11,10%
Sul	25.110.348	27.386.891	9,10%
Centro-Oeste	11.638.658	14.058.094	20,80%
Sudeste	72.430.193	80.364.410	11,00%
Minas Gerais	17.905.134	19.597.330	9,50%
Espírito Santo	3.097.498	3.514.952	13,50%
São Paulo	37.035.456	41.262.199	11,40%
Rio de Janeiro	14.392.106	15.989.929	11,10%
RESTANTE DO ESTADO DO RJ	12.001.870	13.261.051	10,50%
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	2.390.236	2.728.878	14,20%
Cachoeiras de Macacu	48.543	54.273	11,80%
Casimiro de Abreu	22.152	35.347	59,60%
Guapimirim	37.952	51.483	35,70%
Itaboraí	187.479	218.008	16,30%
Magé	205.830	227.322	10,40%
Maricá	76.737	127.461	66,10%
Niterói	459.451	487.562	6,10%
Nova Friburgo	173.418	182.082	5,00%
Rio Bonito	49.691	55.551	11,80%
São Gonçalo	891.119	999.728	12,20%
Saquarema	52.461	74.234	41,50%
SilvaJardim	21.265	21.349	0,40%
Tanguá	26.057	30.732	17,90%
Teresópolis	138.081	163.746	18,60%

FONTE: IBGE – CENSO

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO URBANA		
UNIDADE GEOGRÁFICA	2000	2010
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	96,00%	97%
RESTANTE DO ESTADO	96,40%	97%
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	94,40%	96%
Cachoeiras de Macacu	84,70%	86%
Casimiro de Abreu	84,70%	81%
Guapimirim	67,40%	97%
Itaboraí	94,50%	99%
Magé	94,30%	95%
Maricá	82,60%	98%
Niterói	100,00%	100%
Nova Friburgo	87,60%	88%
Rio Bonito	65,30%	74%
São Gonçalo	100,00%	100%
Saquarema	96,10%	95%
SilvaJardim	66,80%	76%
Tanguá	86,10%	89%
Teresópolis	83,40%	89%

FONTE: IBGE – CENSO

RAZÃO DE SEXO		
UNIDADE GEOGRÁFICA	2000	2010
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	92,1	91,2
RESTANTE DO ESTADO	91,8	91,0
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	93,8	91,8
Cachoeiras de Macacu	101,4	99,5
Casimiro de Abreu	99,9	97,2
Guapimirim	99,7	96,5
Itaboraí	97,8	95,0
Magé	96,9	94,7
Maricá	99,6	96,7
Niterói	87,2	86,3
Nova Friburgo	94,6	92,0
Rio Bonito	100,2	96,8
São Gonçalo	93,0	90,6
Saquarema	99,9	98,6
SilvaJardim	104,8	102,5
Tanguá	100,6	99,0
Teresópolis	94,6	91,6

FONTE: IBGE – CENSO

Obs: A razão de sexo é a razão entre o número de homens e o número de mulheres numa população. Ela indica a proporção de homens e mulheres. O número menor que cem indica mais mulheres, e maior que cem, mais homens.

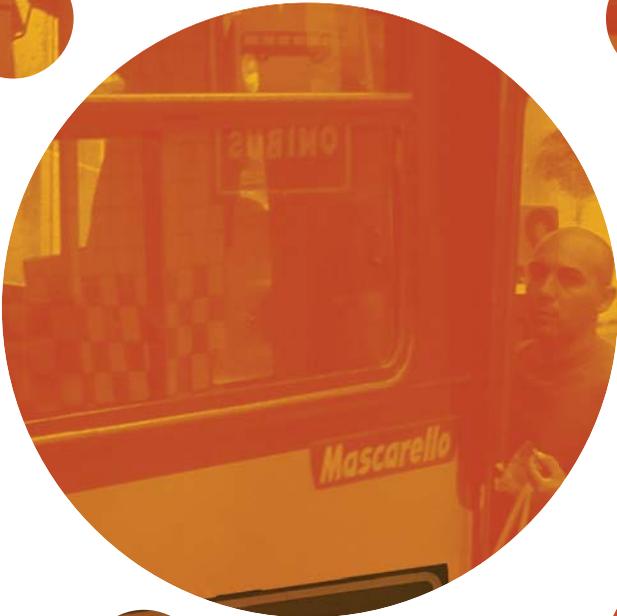
ANEXO 6. Metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj: escolha de

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ		CACHOEIRAS DE MACACU	CASIMIRO DE ABREU	GUAPIMIRIM	ITABORAÍ	MAGÉ	MARICÁ
ORDEM FÍSICA	Habitação e assentamentos humanos	18%	0%	11%	15%	15%	16%
	Saneamento	59%	40%	75%	54%	31%	58%
	Mobilidade/transporte	9%	27%	11%	8%	38%	5%
	Segurança	14%	33%	4%	23%	15%	21%
ORDEM AMBIENTAL	Recursos naturais	41%	43%	31%	64%	38%	17%
	Recursos hídricos	50%	43%	19%	18%	31%	56%
	Biodiversidade	14%	14%	46%	9%	23%	22%
	Clima	0%	0%	4%	9%	8%	6%
ORDEM SOCIAL	Educação e cultura	52%	33%	56%	31%	54%	47%
	Grupos principais e tradicionais, ONGs e sindicatos	19%	0%	4%	8%	15%	11%
	Saúde	24%	67%	30%	46%	15%	16%
	Padrões de consumo	0%	0%	4%	15%	15%	16%
	Esporte e lazer	5%	0%	7%	0%	0%	11%
ORDEM ECONÔMICA	Geração de trabalho, renda e inclusão social	27%	53%	57%	31%	54%	17%
	Indústria	5%	7%	7%	0%	8%	6%
	Agricultura/pesca	9%	7%	4%	15%	23%	33%
	Comércio e serviços	0%	7%	4%	0%	0%	11%
	Turismo	55%	7%	21%	8%	8%	11%
	Geração de resíduos por processos econômicos	5%	7%	7%	46%	8%	22%
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e tecnologia	14%	27%	7%	8%	8%	11%
	Recursos financeiros	36%	7%	36%	8%	54%	47%
	Mobilização e comunicação	41%	33%	29%	38%	23%	11%
	Gestão ambiental	9%	33%	29%	46%	15%	32%

FONTE: PROJETO AGENDA 21 COMPERJ

temas prioritários por município, durante oficina realizada em 2009

NITERÓI	NOVA FRIBURGO	RIO BONITO	SÃO GONÇALO	SAQUAREMA	SILVA JARDIM	TANGUÁ	TERESÓPOLIS
31%	31%	27%	17%	32%	6%	11%	21%
19%	38%	33%	53%	45%	56%	42%	68%
19%	7%	20%	17%	14%	28%	11%	5%
31%	24%	20%	13%	9%	11%	37%	5%
33%	17%	50%	21%	55%	61%	39%	53%
7%	31%	21%	48%	36%	17%	56%	37%
60%	45%	29%	17%	5%	22%	6%	5%
0%	7%	0%	14%	5%	0%	0%	5%
60%	38%	53%	38%	55%	64%	50%	61%
7%	21%	0%	0%	18%	0%	17%	0%
33%	31%	40%	38%	27%	14%	28%	17%
0%	7%	0%	14%	0%	0%	6%	11%
0%	3%	7%	10%	0%	21%	0%	11%
73%	38%	67%	59%	50%	75%	56%	37%
0%	3%	27%	7%	0%	0%	6%	11%
0%	10%	7%	0%	5%	5%	6%	32%
0%	0%	0%	3%	9%	0%	17%	0%
20%	21%	0%	3%	23%	10%	6%	11%
7%	28%	0%	28%	14%	10%	11%	11%
7%	14%	13%	7%	5%	0%	11%	42%
53%	31%	40%	38%	50%	53%	39%	26%
20%	21%	20%	17%	41%	26%	28%	21%
20%	34%	27%	38%	5%	21%	22%	11%



PARCERIA:

PROGRAMA **PETROBRAS**
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA



REALIZAÇÃO:

